

ARTIGOS

Submetido 12-12-2025. Aprovado 07-04-2026

Avaliado pelo sistema de revisão duplo-anônimo. Editora Associada: Andrea Leite Rodrigues

Os/As avaliadores/as não autorizaram a divulgação de sua identidade e relatório de avaliação por pares.

Versão original | DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v31.n4.97124>

DO CONCEITO À ANÁLISE: UMA PROPOSTA DE MODELO ANALÍTICO PARA O ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO

From concept to analysis: An analytical framework for community engagement

Del concepto al análisis: Un modelo analítico para el compromiso comunitario

Bruna de Moraes Holanda^{*1,2} | holandabm11@gmail.com | ORCID: 0000-0003-3746-0740

Maria Paula Calanzani Rocha³ | mpcalanzani@gmail.com | ORCID: 0009-0005-0520-3100

*Autora correspondente

¹Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

²Instituto Pensi, Departamento de Pesquisa em Filantropia e Ciências Sociais, São Paulo, SP, Brasil

³Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, Brasília, DF, Brasil

RESUMO

O engajamento comunitário (EC) tem se consolidado como uma abordagem voltada à promoção da participação social e à democratização das decisões públicas. Embora historicamente associado à gestão social (GS), o EC vem se afirmando como uma estratégia transversal, expandindo seus princípios para áreas como Saúde e Educação. Apesar de sua crescente difusão, persistem desafios relacionados à sua análise e avaliação qualitativa. Este artigo propõe um modelo analítico de EC desenvolvido a partir de uma ampla revisão da literatura acadêmica e da análise de guias práticos elaborados por organizações humanitárias. O modelo organiza o EC em uma estrutura em camadas que abrange fundamentos estruturais, processos de engajamento, dinamismo e interação social, culminando em resultados e transformações, tendo a equidade como categoria transversal. A proposta contribui para integrar perspectivas teóricas e práticas, oferecendo subsídios analíticos e operacionais para pesquisadores, gestores públicos e organizações da sociedade civil (OSCs).

Palavras-chave: engajamento comunitário, participação, gestão social, modelo analítico, avaliação qualitativa.

ABSTRACT

Community engagement (CE) has become an increasingly established approach for promoting social participation and the democratization of public decision-making. Although historically associated with social management, CE has evolved into a cross-cutting strategy, extending its principles to fields such as health and education. Despite its growing diffusion, challenges remain regarding its analysis and qualitative evaluation. This article proposes an analytical model of CE developed through an extensive review of academic literature and an analysis of practical guidelines produced by humanitarian organizations. The model structures CE in a layered framework encompassing structural foundations, engagement processes, and social dynamics and interaction, culminating in outcomes and transformations, with equity as a transversal category throughout the process. The proposed model integrates theoretical and practical perspectives, offering analytical and operational insights for researchers, public managers, and civil society organizations.

Keywords: community engagement, participation, social management, analytical framework, qualitative assessment.

RESUMEN

El compromiso comunitario (CC) se ha consolidado como un enfoque orientado a promover la participación social y la democratización de las decisiones públicas. Aunque históricamente se ha asociado a la gestión social, el CC se ha afirmado como una estrategia transversal, extendiendo sus principios a ámbitos como la salud y la educación. No obstante, persisten desafíos en su análisis y evaluación cualitativa. Este artículo propone un modelo analítico de CC desarrollado a partir de una amplia revisión de la literatura académica y del análisis de guías prácticas elaboradas por organizaciones humanitarias. El modelo organiza el CC en una estructura por capas que abarca fundamentos estructurales, procesos de compromiso, dinamismo e interacción social, culminando en resultados y transformaciones, con la equidad como categoría transversal. La propuesta integra perspectivas teóricas y prácticas, ofreciendo aportes analíticos y operativos para investigadores, gestores públicos y organizaciones de la sociedad civil.

Palabras clave: compromiso comunitario, participación, gestión social, modelo analítico, evaluación cualitativa.

INTRODUÇÃO

A gestão social (GS) é um campo de conhecimento que ganhou força especialmente a partir dos anos 1990, após a redemocratização do Estado brasileiro. Ela surge a partir da necessidade de considerar outros conhecimentos e práticas, para além daqueles concernentes exclusivamente ao Estado, nos estudos de Administração Pública, estabelecendo para ele novos referenciais (Abreu et al., 2019).

Dentro desse universo, o tema da participação aparece com relevância e recorrência, sendo uma das categorias centrais da GS (Carmo et al., 2023). Com o objetivo de estabelecer uma perspectiva conceitual para a GS, Tenório (1998) a define a partir de sua contraposição à gestão estratégica, caracterizada por ele como tecnoburocrática e monológica. Dessa forma, a GS presumiria “um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (p. 5). O autor estabelece a participação como o procedimento da prática da cidadania deliberativa habermasiana, destacando a cidadania e a participação como uma forma de “apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática do seu próprio destino” (Tenório, 2005, p. 114). A discussão sobre a participação nesse campo permanece relevante, expandindo-se além de sua própria conceituação para abordar, por exemplo, metodologias participativas que fortalecem teoricamente a GS (Carmo et al., 2025).

A participação funciona, muitas vezes, como um conceito guarda-chuva, englobando uma diversidade de definições e interpretações (Cornwall, 2006). Entre elas, está a abordagem de engajamento comunitário (EC). O EC define uma forma de participação mais específica, cuja qualidade fundamental reside em seu *locus* na comunidade (Boxelaar et al., 2006; Eversole, 2011), seja ele definido por características geográficas, interacionais ou de identidade. Ele se refere ao envolvimento ativo de indivíduos, grupos e organizações em ações voltadas a solucionar problemas da comunidade e a melhorar o bem-estar social (Allotey et al., 2019; Head, 2007).

Esse é um termo cujo uso vem se expandindo nos últimos anos, seja em ambientes acadêmicos, na atuação localizada de organizações comunitárias ou no trabalho de organizações internacionais de ajuda humanitária (Preece, 2017). Apesar disso, uma dificuldade constante ao tratar dessa abordagem diz respeito a como analisá-la e avaliá-la qualitativamente (Attree et al., 2011; Boxelaar et al., 2006; Head, 2007). Diante desse desafio, o presente artigo propõe um modelo analítico para a abordagem de EC, que contribui tanto para a discussão teórico-conceitual dessa abordagem quanto para sua avaliação em casos práticos.

METODOLOGIA

Para a construção do modelo analítico de EC proposto neste artigo, realizou-se uma ampla revisão da literatura acadêmica, com buscas nas plataformas *Web of Science* (WOS) e *Google Scholar*. Ambas as buscas foram realizadas em maio de 2024, tendo sido estabelecida como data limite da busca o mês de dezembro de 2023. Os resultados analisados incluem publicações de 2002 a 2023.

No WOS, foram buscadas publicações que contivessem em seus títulos as palavras “engajamento comunitário”, e em seus resumos, as palavras “terceiro setor” ou “sociedade civil”, em português e em inglês, dado o entendimento de que o EC só pode ocorrer de maneira efetiva quando envolve atores individuais ou organizacionais da sociedade civil, os quais compõem a comunidade na qual ele acontece (Kilpatrick, 2009; Russell, 2013). Já para a busca no Google Scholar, utilizou-se o *software* de extração de referências acadêmicas *Publish or Perish*. A busca foi realizada com os mesmos comandos utilizados no WOS, com uma limitação de resultados a 100 publicações, para viabilizar sua análise. Esses resultados são apresentados pelo *software* de acordo com o número de citações e a relevância da correspondência de termos. Foi obtido um total de cinco resultados do WOS e 100 no Google Scholar. Após a leitura de títulos, resumos e palavras-chave das publicações, foram excluídos manuais, duplicatas e publicações que não condiziam com o objetivo desta pesquisa. Foram mantidas quatro publicações do WOS e 69 do Google Scholar, resultando em 73 publicações lidas e analisadas em profundidade, incluindo artigos publicados em revistas acadêmicas, anais de congresso e capítulos de livro.

Após a leitura de todas as publicações, elas foram organizadas numa planilha de Excel contendo os seguintes grupos de informações:

- Informações bibliográficas: base; título; autor(es); meio de publicação; ano de publicação; área do conhecimento em que está inserido.
- Metodologia e resultados: métodos; descrição do caso de EC; conclusão da publicação.
- Conceituação de EC e aplicação no caso estudado: definição de EC utilizada; critérios para identificação do EC no caso estudado; atividades associadas ao EC no caso estudado.

Em complementação à revisão da literatura acadêmica, foram analisados sete guias de engajamento comunitário produzidos por organizações de ajuda humanitária: *Participation handbook for humanitarian field workers*, do Groupe Urgence Réhabilitation Développement Association (Groupe

URD, 2009); *Principles of community engagement*, do Clinical and Translational Science Awards Consortium et al. (CTSA, 2011); *Working with communities*, dos Médicos do Mundo (2012); *Involving communities guidance document for approaching and cooperating with communities* (2013), e *Health promotion with community engagement*, dos Médicos sem Fronteiras (2021); *Community engagement: A health promotion guide for universal health coverage in the hands of the people*, da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020); *Partnering with communities to co-design humanitarian health strategies: A seechange communityfirst framework for implementation in MSF projects*, do See Change (2023). A seleção dos guias foi feita com base na análise da relevância da atuação dessas organizações no cenário global de ajuda humanitária, visando observar de que maneira os conceitos que circulam no campo acadêmico estão sendo apropriados por essas organizações e aplicados na prática de suas intervenções.

O conteúdo dos guias foi lido na íntegra e organizado no Excel. Suas informações foram estruturadas da seguinte forma:

- Apresentação do guia: título; nome da organização responsável pelo guia; resumo da atuação da organização; público-alvo do guia; objetivo do guia.
- Conceituação de EC: definição de EC adotada; princípios que a organização entende como pilares da abordagem de EC.
- Elementos práticos da adoção da abordagem de EC: motivações; desafios; orientações práticas.

A partir da sistematização e análise das informações coletadas nas publicações acadêmicas e guias, foram estabelecidas categorias para pensar e avaliar o EC, descritas nas seções seguintes. Essas categorias compõem o modelo analítico proposto neste artigo.

BREVE REVISÃO SOBRE ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO

Esta seção dedica-se a apresentar uma breve revisão sobre EC, com base na leitura e análise das publicações selecionadas para este estudo. De modo mais geral, muitas publicações conceituam o EC como um processo colaborativo no qual a comunidade se envolve ativamente na identificação e na resolução de problemas sociais, de saúde, de educação ou de desenvolvimento. Um exemplo disso é o estudo de Ngwira e Mayhew (2020), que analisou o impacto de políticas de harmonização sobre ONGs no Malawi, destacando a importância da participação dos líderes comunitários. Outra perspectiva comum enfatiza o EC como um processo que busca a inclusão de grupos marginalizados. O estudo de Khan e Short (2021), por exemplo, investiga como a inclusão de grupos vulneráveis pode fortalecer a saúde pública no Paquistão.

Constata-se que o EC é abordado de maneiras distintas, que variam conforme a área do conhecimento, o contexto do estudo e os objetivos da pesquisa. Sobre isso, é interessante observar que a maioria dos trabalhos acadêmicos se concentra em meios de publicação das áreas de conhecimento da Saúde (27), da Administração Pública (19) e da Educação (18). Os demais se dividem entre Gestão Ambiental, Segurança, Tecnologia, Desenvolvimento Rural e Gênero, com até dois trabalhos cada.

Tratando-se de uma abordagem que se enquadra no campo da GS, como explorado na introdução deste artigo, faz sentido o grande número de publicações na área da Administração Pública. Esses estudos tratam majoritariamente dos processos de governança relacionados à abordagem de EC.

Nessa literatura, o EC é descrito como um esforço contínuo que requer a participação ativa da população nos processos decisórios, garantindo a diversidade de perspectivas. Os estudos demonstram que o EC não deve ser um processo meramente consultivo, mas sim um meio de redistribuição de poder e de corresponsabilidade na formulação e implementação de políticas públicas. [Eversole \(2011\)](#), por exemplo, discute o conceito de agência comunitária, ressaltando que o engajamento vai além de consultas públicas e deve fortalecer a autonomia da comunidade para influenciar políticas e práticas. [Domenico et al. \(2009\)](#) exploram a inserção da economia social por meio de organizações comunitárias, cooperativas e organizações da sociedade civil (OSCs) na administração de serviços públicos, evidenciando a importância do engajamento para garantir uma gestão mais eficiente e participativa. Já [Russell \(2013\)](#) analisa o papel do EC na construção da legitimidade de políticas públicas, especialmente em temas complexos como a nanotecnologia. O estudo destaca que envolver a comunidade é um processo contínuo, essencial para alinhar as políticas aos interesses públicos.

De maneira mais crítica, [Head \(2007\)](#) foca os desafios do EC em processos de governança, questionando em que termos essa participação ocorre e se, de fato, as vozes mais vulneráveis estão sendo ouvidas. Nessa mesma linha, [Boxelaar et al. \(2006\)](#) analisam as dificuldades de alinhar as práticas de gestão pública ao EC, destacando que, muitas vezes, há um descompasso entre as políticas formuladas e as expectativas da população.

Por outro lado, é interessante observar a prevalência de discussões sobre EC nas áreas setoriais da Saúde e da Educação. Esse dado sugere que o EC tem sido reconhecido como um elemento importante na formulação e implementação de políticas nessas áreas, devido ao seu impacto direto na qualidade dos serviços prestados à população.

Os artigos da área da Saúde enfatizam o EC como um mecanismo fundamental para fortalecer a confiança da população, aprimorar a eficácia das intervenções e garantir que as ações em saúde sejam culturalmente sensíveis e acessíveis. Tratando-se da vacinação durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, [Burgess et al. \(2021\)](#) identificaram o engajamento como essencial para superar resistências e garantir a adesão às campanhas de imunização. [Attree et al. \(2010\)](#) exploraram os impactos do EC na saúde física e mental de populações vulneráveis, de modo que a participação em programas comunitários foi associada a uma melhoria no acesso aos serviços de saúde e na qualidade de vida. Já o artigo de [Lavery et al. \(2010\)](#) propõe um quadro ético para o EC, prevenindo exploração e assegurando que as comunidades tenham voz ativa no desenvolvimento de políticas de saúde.

É nessa área que também se concentram os manuais analisados, elaborados com o objetivo de instrumentalizar agentes da sociedade civil para desenvolver iniciativas de EC. Para além de um mecanismo aplicável ao ciclo de implementação de projetos em saúde, os guias defendem o desenvolvimento do EC para ações humanitárias, inclusive como forma de mitigar o impacto negativo dessas ações nas comunidades. Eles destacam as conferências da OMS como marcos que definem

parâmetros e mecanismos de promoção de saúde global, associando o fortalecimento da saúde comunitária a princípios do EC para a universalização do acesso à saúde de qualidade.

Já na área da Educação, o EC é frequentemente associado à criação de oportunidades de aprendizado que transcendem a sala de aula, envolvendo as comunidades no processo de ensino e aprendizagem. Em artigos voltados à educação e ao voluntariado, o EC é descrito como uma relação de troca em que ambas as partes (instituições e comunidades) aprendem e crescem juntas (Thomson et al., 2011). Além disso, programas de EC na Educação frequentemente combinam currículos acadêmicos com experiências práticas em comunidades. Os artigos analisados indicam que isso fortalece tanto o aprendizado dos alunos quanto o desenvolvimento local.

As publicações de outras áreas do conhecimento são ilustrativas do EC como conceito adaptável, sendo utilizado para fins distintos, conforme a área. Por exemplo, na Tecnologia, ele surge como uma oportunidade para ampliar a participação digital (Meijer, 2012; Shah et al., 2002); no Desenvolvimento Rural, aparece como ferramenta para o fortalecimento social (Khan & Short, 2021); e, na Gestão Ambiental, torna-se um meio de negociação e de mitigação de impactos (Dare et al., 2014).

Destaca-se que todas as publicações analisadas abordam estudos de caso empíricos sobre a aplicação do EC. Concomitantemente, a literatura em GS tem ressaltado a necessidade de avanços conceituais e de modelos analíticos capazes de organizar categorias e esclarecer os mecanismos de participação (Carmo et al., 2023). O campo tem avançado no enfrentamento de inconsistências conceituais e na consolidação de referenciais teóricos capazes de orientar práticas participativas, reforçando a pertinência da proposição de uma estrutura analítica específica para o EC. Nesse sentido, este artigo mostra-se relevante por oferecer um modelo analítico da abordagem, que permite tanto sua interpretação teórica quanto sua aplicação em distintos contextos empíricos.

CATEGORIAS DO ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO

Com base na análise das informações coletadas e organizadas, conforme explicado na seção metodológica deste artigo, identificaram-se categorias descritivas e analíticas para o EC, que compõem o modelo analítico proposto na próxima seção.

As categorias descritivas são as usadas para descrever o EC nos estudos e guias analisados. Elas servem para contextualizar e mapear os fatores que o influenciam, descrevendo aspectos estruturais e observáveis. Já as categorias analíticas abrangem conceitos mais interpretativos, que explicam os mecanismos e os impactos do EC. Elas são apresentadas na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Categorias do engajamento comunitário

TIPO DE CATEGORIA	CATEGORIAS
Descritivas	Motivação para o EC Objetivos do EC Valorização e utilização dos recursos locais Representatividade Investimento em EC Interação entre pares Comunicação Coprodução
Analíticas	Inclusão Reflexividade Adaptabilidade Construção de confiança Aprendizagem comunitária Fortalecimento comunitário Equidade

Categorias descritivas

As motivações para o EC podem variar. Nos trabalhos acadêmicos, observa-se a motivação como fator determinante para a decisão de participar ou não de atividades comunitárias. Esta ainda pode ser individual ou institucional. Nos trabalhos de [Bhatnagar et al. \(2020\)](#) e [Head \(2007\)](#), por exemplo, a motivação diferencia atores que se envolvem em atividades comunitárias por pressões externas e obrigações ou por enxergar valor nessas atividades. Nos guias analisados, as motivações mais recorrentes são: promoção de saúde, valorização da comunidade, aprendizado mútuo e potencialização do impacto positivo da intervenção humanitária.

Avaliar os objetivos do EC é importante para compreender seu impacto, diferenciar os níveis de participação, identificar desafios e aprimorar políticas e intervenções ([Brunton et al., 2017](#); [Head, 2007](#)). Esses objetivos podem estar mais atrelados ao resultado do programa ou projeto ou à qualidade do processo participativo. Ambos os casos são relevantes, mas é importante diferenciá-los para compreender se o que está ocorrendo é um tipo de EC utilitário ou pela justiça social ([Brunton et al., 2017](#)).

O sucesso das iniciativas de EC também depende da capacidade de valorização e utilização dos recursos locais. [Preece \(2017\)](#), em seu estudo sobre parcerias educacionais, sugere que as universidades devem colaborar com as comunidades como parceiras iguais, reconhecendo o conhecimento local como válido e essencial para alcançar melhores resultados. Da mesma forma, [Kilpatrick \(2009\)](#) afirma que estruturas de saúde que não respeitam os recursos locais tendem a falhar, pois impõem modelos externos que não dialogam com as realidades da comunidade. Dessa forma, promove-se o aproveitamento de conhecimentos e práticas locais ([Eversole, 2011](#); [Preece, 2017](#)), o fortalecimento das iniciativas ([Kilpatrick, 2009](#); [Lavery et al., 2010](#)), o aumento da legitimidade e aceitação delas ([Burgess et al.,](#)

2021; Russell, 2013) e a promoção de maior autonomia e protagonismo da comunidade na resolução dos problemas (Eversole, 2011; Watson, 2008).

A representatividade é um fator essencial para garantir que o EC não se torne um exercício superficial, mas sim uma ferramenta efetiva de transformação social. Allotey et al. (2019) destacam dois desafios para atingir a representatividade: o primeiro ocorre entre a comunidade e outras organizações que participam da iniciativa, quando os mecanismos de engajamento não permitem à comunidade tomar e implementar decisões reais; e o segundo, interno à comunidade, quando grupos marginalizados continuam excluídos devido à distribuição desigual de poder dentro dela. Para resolver esses problemas, a maioria dos autores destaca a necessidade de que as comunidades tenham poder de decisão sobre as iniciativas, para além de serem meramente consultadas (Allotey et al., 2019; Dilay et al., 2020; Enaifoghe et al., 2018; Lyons & Whelan, 2010; Purdam & Crisp, 2009). Além disso, eles destacam que o sucesso dessa representatividade também depende de fatores como o nível de motivação dos participantes e a presença de facilitadores comprometidos (Allotey et al., 2019).

O EC não existe sem investimentos nele, pois, em sua ausência, o processo torna-se frágil, podendo ser ineficaz e/ou insustentável. Dessa forma, a categoria investimento em EC torna-se relevante para a compreensão de sua qualidade e continuidade. Destaca-se que esses investimentos podem ocorrer de múltiplas formas, seja por meio de recursos financeiros, de capital humano, de cultura ou de estrutura organizacional. Nos artigos, são destacadas as necessidades de investimento em fortalecimento das instituições locais (Yacoo et al., 2004), capacitação e remuneração de membros da comunidade (Riccardi et al., 2019; Schoch-Spana et al., 2013) e na construção de compromisso institucional das organizações participantes do processo (Bhatnagar et al., 2020). Outro investimento frequentemente destacado é em liderança, uma vez que se entende que há necessidade de uma liderança pró-engajamento comunitário para que este perdure (Andrus & Perry, 2019; Burgess et al., 2021; Conn, 2011; Ngwira & Mayhew, 2020; Schoch-Spana et al., 2013).

A interação entre pares é relevante, na medida em que a confiança entre os membros da comunidade e entre diferentes grupos é essencial para fortalecer o EC, de modo que, sem ela, a participação tende a ser fragmentada e menos eficaz (Schoch-Spana et al., 2013). Nos guias, instrui-se uma prática vigilante diante de comportamentos individuais que possam afetar as relações com a comunidade (Groupe URD, 2009). Ademais, destaca-se a questão do poder como uma constante na interação entre pares, bem como o histórico de atuação de organizações no território (CTSA, 2011). Nesse sentido, tais interações devem ser conduzidas com cuidado desde o primeiro contato.

A comunicação é um fator crítico para o estabelecimento de EC. Ela vai muito além do simples ato de transferir informações, tornando-se fundamental para fortalecer a participação, garantir a transparência e promover iniciativas eficazes e sustentáveis. Para tanto, ela precisa ser feita por meio de canais confiáveis e personalizados para cada comunidade, refletindo genuinamente suas preocupações e contribuições (Head, 2007; Jalloh et al., 2022), além de ser contínua e responsiva (Allotey et al., 2019). Nos artigos e guias, a comunicação aparece como um dos desafios mais frequentes das iniciativas de EC, pois permeia a base de todo o funcionamento dos projetos e é um mecanismo que, muitas vezes, medeia

diferentes referenciais culturais, o que exige, de fato, um refinamento na seleção e na construção de meios de comunicação eficientes. Processos de comunicação mal-estruturados podem, inclusive, impedir a participação real (Head, 2007; Lyons & Whelan, 2010). Por isso, os guias de EC orientam a criação de mecanismos de resolução de problemas que prevejam a participação de membros da comunidade (Groupe URD, 2009).

Por fim, a coprodução no EC implica a participação ativa da comunidade na formulação, implementação e avaliação de projetos, iniciativas, e políticas públicas. Ela pode ser pensada por diferentes perspectivas, como no envolvimento cidadão na formulação de políticas, no desenvolvimento de infraestrutura (Boyle et al., 2022), na produção de conhecimento (Onyx, 2008) e na promoção de bem-estar comunitário (Fancourt et al., 2021). Esse é um passo primordial para a apropriação dos processos de mudança que ocorrem nas comunidades quando um projeto chega até elas; fazer parte tanto da idealização quanto da implementação dos projetos implica também a sua sustentabilidade, para que a comunidade se perceba envolvida no processo e nos resultados dele, mitigando a sensação de “perda de tempo” (CTSA, 2011, p. 13).

Categorias analíticas

A inclusão é a categoria mais presente nas publicações analisadas. Omoleke et al. (2021) a destacam como elemento constitutivo da estratégia das políticas de saúde pública. Nesse sentido, a OMS indica, como facilitador para o EC, o desenvolvimento de uma governança participativa que preveja funções e responsabilidades a serem desenvolvidas no meio comunitário (OMS, 2020, p. 13), o que não se reserva apenas à Saúde, mas se estende a outras áreas. A inclusão configura-se como condição para a legitimidade das iniciativas de EC, fortalecendo a coesão social e a confiança institucional (Jalloh et al., 2022). Ela vai além da representação formal, promovendo a voz ativa e o poder real nos processos de tomada de decisão (Boxelaar et al., 2006; Head, 2007).

A reflexividade tem centralidade crítica na prática de EC, sendo essencial para que a participação não seja instrumental, de modo que o engajamento contribua genuinamente para a construção de capacidades na comunidade e para a transformação social. Esse é um dos principais pontos abordados pelo artigo de Boxelaar et al. (2006), que destaca a necessidade de reconhecer que o próprio ato de “engajar” se situa em contextos de poder, e, por isso, a prática requer uma reflexividade crítica para questionar as próprias premissas, valores e posições assumidas no processo. Da mesma forma, Thomson et al. (2011), ao estudarem o EC em contextos culturais distintos, enfatizam a necessidade de momentos intencionais de reflexão, que têm potencial de evitar que as atividades desenvolvidas sejam compreendidas como caridade, bem como de promover uma postura de colaboração respeitosa e de aprendizado mútuo. Por sua vez, os guias destacam a necessidade de a equipe humanitária reconhecer seus preconceitos diante da nova realidade em que está inserida (MSF, 2021).

A adaptabilidade no EC é essencial para informar iniciativas sensíveis ao contexto histórico, cultural e político em que o engajamento ocorre. Stuart e Chislett (2016) exemplificam isso por meio de um estudo de caso sobre uma clínica de tratamento de infecções sexualmente transmissíveis que

atuava com um grupo de homens que vivenciavam um contexto de mudanças culturais e tecnológicas específicas no Reino Unido na década de 2010. Diante disso, a clínica criou espaços seguros e eventos culturais, como debates, peças de teatro e discussões abertas, para interagir com esse grupo de maneira adaptada à sua realidade, além de ajustar suas práticas clínicas e de comunicação, e o *design* de seus serviços. Outro exemplo é o caso na iniciativa para erradicação da poliomielite em cenários de extrema vulnerabilidade e conflitos, como Somália, Etiópia, Nigéria, Índia e Sudão do Sul (Andrus & Perry, 2019). As estratégias de EC nesses contextos tiveram de ser adaptadas – por meio de treinamento de mobilizadores comunitários, uso de sistemas de informação locais, e visitas domiciliares – para áreas remotas e/ou sob o controle do Talibã, e para grupos nômades.

Em termos de construção de confiança, vários estudos demonstram que ela não se constrói rapidamente, mas constitui um fator indispensável para o sucesso do EC. McFadden et al. (2016), por exemplo, demonstram como a comunidade cigana no Reino Unido, ao enfrentar situações de exclusão e discriminação, cria uma relação de desconfiança em relação aos serviços de saúde, o que leva a uma baixa aceitação desses serviços por essa população. Os autores destacam que a presença de facilitadores culturais, ações de sensibilização e uma maior representatividade da população cigana na construção dos serviços de saúde fortaleceriam a confiança mútua entre promotores e usuários desses serviços, aumentando a adesão a eles. No contexto da produção de conhecimento em Saúde, Lavery et al. (2010) destacam que muitas comunidades resistem a iniciativas científicas devido a um histórico de exploração, o que gera desconfiança, de modo que, para superar isso, a coprodução do conhecimento é fundamental. Observa-se, portanto, que elementos descritivos, como a comunicação, a representatividade e a coprodução, contribuem para a consolidação dessa categoria analítica. Além disso, a construção de confiança é um elemento fundamental para que as relações existentes em iniciativas que adotam a abordagem de EC sejam estabelecidas com reciprocidade, evitando que sejam percebidas como unilaterais ou extrativistas (Preece, 2017).

A aprendizagem comunitária é um elemento central do EC, na medida em que desafia a hierarquia tradicional entre conhecimentos, que coloca, por exemplo, o conhecimento acadêmico acima do comunitário, além de configurar-se como fator-chave para a sustentabilidade dos processos de EC, ao assegurar que as ações mantenham-se responsivas, inclusivas e relevantes. Millican (2008) demonstra isso em seu estudo, que analisa como o EC foi aplicado numa iniciativa estudantil na Bósnia e Herzegovina após os conflitos pelos quais o país passou nos anos 1990, que levaram a uma guerra civil e a uma extensa fragmentação étnica. O estudo destaca a aprendizagem como ferramenta para o desenvolvimento de cidadania ativa e para a reconstrução de sociedades fragmentadas, indo além da aprendizagem formal e incluindo aspectos éticos e relacionais. Nesse sentido, a aprendizagem é vista como um processo de transformação pessoal e social, que contribui para fortalecer o capital social e a confiança mútua. Preece (2017), por sua vez, destaca que a aprendizagem na abordagem de EC possibilita, além do desenvolvimento de capacidades técnicas, a valorização de saberes locais e a democratização do conhecimento. Além disso, esse tipo de aprendizagem tem potencial de criar redes

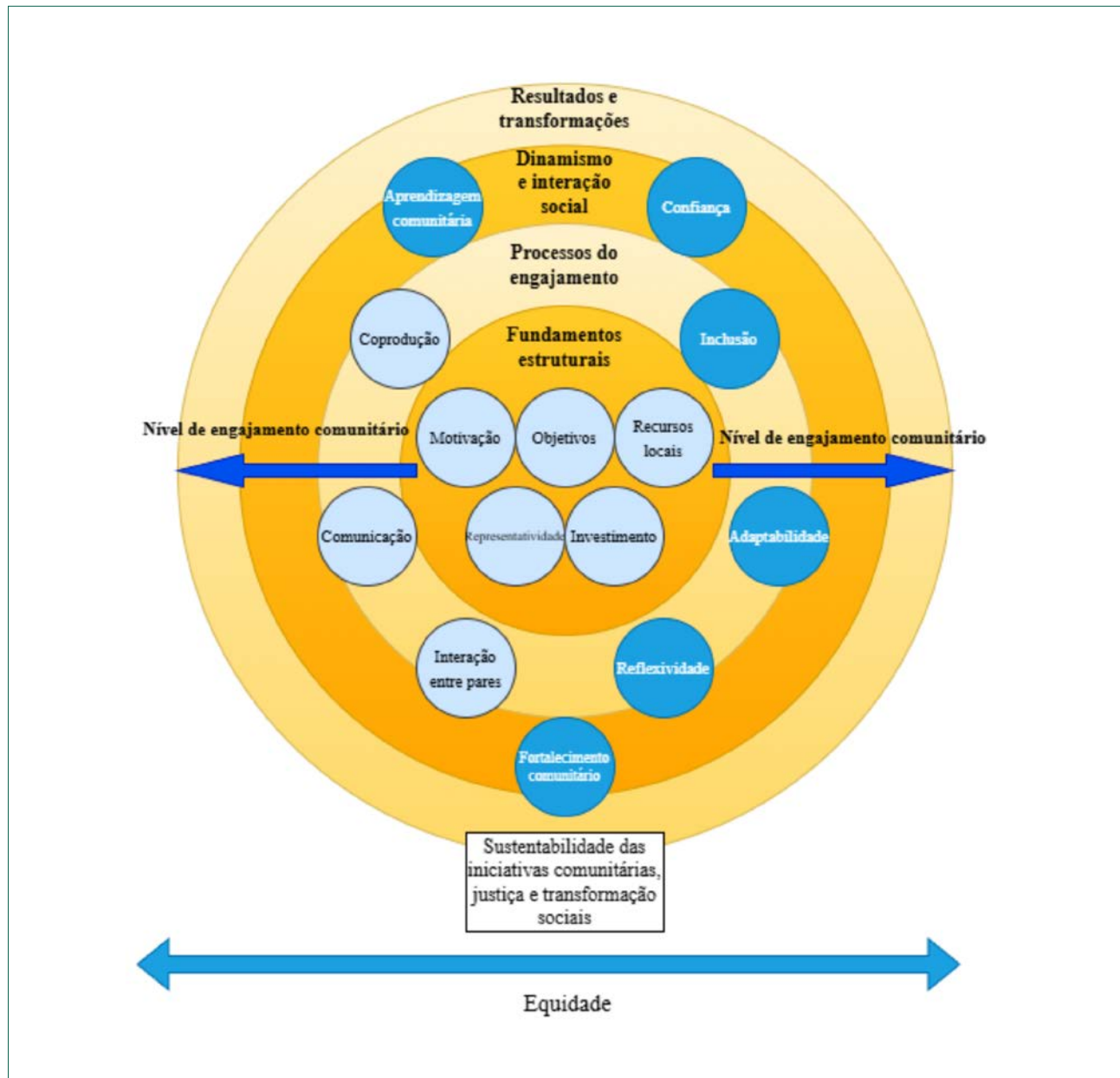
de colaboração mais fortes entre os setores público e privado, a sociedade civil e a academia (Fitzgerald & Zientek, 2015).

O fortalecimento comunitário engloba as ideias de empoderamento e promoção da autonomia da comunidade, entendendo-as como fins em si mesmas, além de meios para políticas mais efetivas (Rickard, 2020). Os estudos em EC apontam que ele deve ir além de processos meramente consultivos e de colaborações pontuais. Nesse sentido, quando o EC está bem estruturado, ele tem potencial para promover transformações nas relações de poder, fortalecendo a comunidade como agente político e promovendo uma autonomia sustentável. Allotey et al. (2019) argumentam que, a partir do processo de EC, as comunidades ganham poder para influenciar estruturas e decisões historicamente dominadas por atores externos. Um exemplo é o caso de EC em um movimento social de resistência à usina geotérmica no Monte Talang, na Indonésia, onde diferentes grupos civis atuaram conjuntamente para construir autonomia política e discursiva, resistindo à imposição de projetos estatais sem consulta prévia (Fajr et al., 2020).

Por fim, a equidade não é apenas um resultado do EC, mas também uma condição do processo. Ela é uma categoria transversal às demais, que qualifica o EC, indo além da quantidade de participantes para avaliar se todos têm voz, influência e reconhecimento. Winter et al. (2006) estabelecem a equidade como fundamento ético do EC, que deve ser visto não apenas como princípio dele, mas também trabalhado como prática concreta. Essa categoria apresenta-se como o fim e o meio pelos quais são empreendidas as ações no EC; em todas as etapas de elaboração dos projetos implementados pelos guias de EC analisados, há a preocupação de uma maior simetrização da relação entre pares, assim como entre os próprios membros da comunidade.

MODELO ANALÍTICO DE ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO

O modelo analítico de EC aqui proposto, cuja representação visual é apresentada na Figura 1, fundamenta-se nas categorias descritivas e analíticas discutidas na seção anterior. Essas categorias são organizadas em um arranjo relacional e processual, no qual não há uma hierarquia linear, mas sim camadas interativas que se influenciam mutuamente ao longo do tempo. As categorias descritivas operam como elementos contextuais e estruturais que configuram as condições do engajamento, enquanto as categorias analíticas permitem compreender os mecanismos sociais, relacionais e interpretativos por meio dos quais o EC se desenvolve e produz efeitos.

Figura 1 – Modelo analítico de engajamento comunitário

O modelo analítico proposto concebe o EC como um processo dinâmico, relacional e contínuo. Sua representação em camadas concêntricas interativas expressa a ideia de que o EC se constrói a partir de condições estruturais, mas se desenvolve por meio de interações, retroalimentações e ajustes constantes ao longo do tempo. A organização das categorias em quatro camadas – i) fundamentos estruturais; ii) processos de engajamento; iii) dinamismo e interação social; e iv) resultados e transformações – não implica progressão rígida, mas sim níveis analíticos que se influenciam mutuamente.

A camada de fundamentos estruturais reúne as condições de base que viabilizam o engajamento comunitário. Ela é composta pelas categorias: motivação para o EC, objetivos do EC, valorização e utilização dos recursos locais, representatividade e investimento no EC. Esses elementos criam as condições iniciais para o engajamento, fornecendo suporte material, institucional e simbólico para sua ocorrência. Quanto mais consistentes e articulados forem esses fundamentos, maior tende a ser a capacidade de iniciar e sustentar processos de EC. Contudo, tais fundamentos não são estáticos: podem ser continuamente reconfigurados com base nas experiências vivenciadas ao longo do processo participativo.

A camada de processos de engajamento corresponde aos mecanismos ativadores que influenciam diretamente a qualidade do EC. Nela estão as categorias: interação entre pares, comunicação, coprodução, inclusão, reflexividade e adaptabilidade. Essas dimensões referem-se à forma como o engajamento se materializa na prática, estruturando as relações entre os diferentes atores envolvidos. O fortalecimento desses processos aprofunda a participação comunitária, amplia o grau de envolvimento e favorece o sentimento de pertencimento coletivo, tornando o engajamento mais inclusivo, responsivo e sensível aos contextos sociais, culturais e políticos em que ocorre.

A camada de dinamismo e interação social reúne os catalisadores e os impactos intermediários do EC, isto é, mecanismos sociais que fortalecem e consolidam o engajamento ao longo do tempo. Nessa camada situam-se as categorias: construção de confiança, aprendizagem comunitária e fortalecimento comunitário. Esses elementos operam como processos de retroalimentação, pois, ao emergirem das interações participativas, reforçam tanto as capacidades comunitárias quanto as institucionais, possibilitando a continuidade e o aprofundamento do EC, mesmo diante de desafios e mudanças contextuais.

A camada de resultados e transformações refere-se aos impactos mais duradouros do engajamento comunitário. Quando as camadas anteriores se articulam de modo consistente, o EC tende a produzir resultados que extrapolam os objetivos imediatos das iniciativas, contribuindo para a sustentabilidade das ações e para a promoção da justiça e da transformação social. Como observam [Carmo et al. \(2023\)](#), a GS estrutura-se como contraponto às formas de gestão que reforçam desigualdades e privilegiam racionalidades instrumentalizadas. Nesse sentido, posicionar a justiça e a transformação social como resultados do EC intensifica a orientação normativa e emancipatória que atravessa tanto o EC quanto a própria GS.

De maneira transversal a todas as camadas, a equidade opera como princípio orientador do modelo. Ela não é concebida como uma etapa ou resultado isolado, mas como um critério normativo que qualifica todo o processo de engajamento, desde suas bases estruturais até seus efeitos transformadores. A presença da equidade em cada camada é fundamental para assegurar que o EC seja legítimo para as comunidades envolvidas e eficaz em seus propósitos, garantindo não apenas a participação, mas também o reconhecimento, a influência e a redistribuição de poder.

Essa representação em camadas concêntricas interativas reforça a compreensão do EC como uma prática situada, sensível ao contexto e marcada por retroalimentações constantes, permitindo análises mais refinadas sobre sua complexidade, variações e potencial transformador.

Para ampliar a aplicabilidade prática do modelo analítico proposto, elaboramos um conjunto de perguntas orientadoras para cada uma das categorias descritas. Essas perguntas funcionam como um guia reflexivo e qualitativo que pode apoiar gestores públicos, OSCs e pesquisadores na análise de iniciativas de EC. Ao traduzirem os conceitos do modelo em questões concretas, elas possibilitam um diagnóstico mais estruturado sobre a presença e a qualidade do EC em diferentes contextos, servindo como referência tanto para avaliação quanto para planejamento de ações. A Tabela 2, a seguir, apresenta essas perguntas organizadas conforme as camadas e categorias do modelo.

Tabela 2 – Perguntas orientadoras para avaliação qualitativa do EC

CAMADA DO MODELO	CATEGORIA	PERGUNTAS ORIENTADORAS
Fundamentos estruturais	Motivação para o EC	Por que esta iniciativa está promovendo o EC? A motivação vem da própria comunidade ou de atores externos? Os participantes percebem sentido em participar?
	Objetivos do EC	Quais são os objetivos declarados do EC nesta iniciativa? Eles estão voltados para resultados do projeto ou para a qualidade do processo participativo? Esses objetivos são compartilhados e compreendidos pelos participantes?
	Valorização e utilização dos recursos locais	O conhecimento local é reconhecido como válido e incorporado nas ações? A comunidade tem oportunidade de propor soluções com base em suas próprias práticas?
	Representatividade	Quem está participando? Grupos marginalizados da comunidade estão incluídos? A comunidade tem poder decisório real ou apenas consultivo?
	Investimento em EC	Há recursos financeiros, humanos ou estruturais destinados ao EC? Há lideranças comunitárias apoiadas e fortalecidas para conduzir o processo?
Processos de engajamento	Interação entre pares	Existem espaços de diálogo entre diferentes grupos dentro da comunidade? Há confiança entre os participantes?
	Comunicação	Os canais de comunicação são adequados e acessíveis à comunidade? A informação circula de maneira clara, contínua e com retorno?
	Coprodução	A comunidade está envolvida na formulação e implementação das ações? O processo permite ajustes com base nas contribuições comunitárias?

Tabela 2 – Perguntas orientadoras para avaliação qualitativa do EC

CAMADA DO MODELO	CATEGORIA	PERGUNTAS ORIENTADORAS
Processos de engajamento	Inclusão	Há mecanismos que garantem a inclusão de vozes historicamente silenciadas? As condições de participação são adaptadas às necessidades dos diferentes grupos?
	Reflexividade	Existem momentos e espaços para reflexão crítica entre os envolvidos? A equipe envolvida reconhece suas próprias limitações e aprendizados?
	Adaptabilidade	O projeto se adapta aos contextos e mudanças do território? Houve mudanças de abordagem ou estratégia com base no diálogo com a comunidade?
Dinamismo e interação social	Construção de confiança	A comunidade demonstra confiança na equipe do projeto e nas instituições envolvidas? O histórico de relação entre os atores favorece ou dificulta esse processo?
	Aprendizagem comunitária	Os participantes relatam aprendizado com o processo de EC? Os saberes locais foram valorizados e articulados com novos conhecimentos?
	Fortalecimento comunitário	A iniciativa está promovendo maior autonomia e protagonismo da comunidade? A comunidade se vê mais preparada para enfrentar desafios futuros?
Resultados e transformações	Transformação social e justiça	O EC está contribuindo para mudanças estruturais no território? As ações promovem redistribuição de poder e redução de desigualdades?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo a proposição de um modelo analítico para a abordagem de EC que contribuísse tanto para a sua discussão teórico-conceitual quanto para a sua avaliação em casos práticos. Sua construção foi feita a partir da revisão da literatura acadêmica, somada à análise de guias de EC elaborados e utilizados por organizações de ajuda humanitária, de modo a integrar perspectivas conceituais e orientações práticas e aplicadas.

Com base nos materiais analisados, pode-se afirmar que o EC tem se consolidado como uma estratégia relevante em termos de GS, especialmente nos campos da Administração Pública, da Saúde e da Educação, mas também ganhando espaço em outros campos. Apesar disso, o desafio de qualificar

a análise e a avaliação do EC é persistente, dados seu caráter multifacetado e sua variabilidade de aplicação. O modelo analítico aqui proposto busca suprir essa lacuna, estruturando as categorias do EC em níveis progressivos que permitem não apenas compreender a presença ou ausência do engajamento, mas também sua qualidade. Seu caráter gradual e dinâmico é relevante para evidenciar que o EC é um processo, não um elemento pontual ou isolado.

O modelo também contribui para esclarecer o papel da equidade como elemento transversal e fundamental do EC, garantindo que os processos não apenas incluam os mais variados grupos e indivíduos, mas também redistribuam poder. Além disso, ao posicionar justiça e transformação social como resultados, o modelo reitera o compromisso da GS com a participação e a democratização da tomada de decisão sobre o destino das comunidades.

As limitações deste estudo concentram-se na não aplicação do modelo analítico proposto em casos empíricos. Ao mesmo tempo, esta se apresenta como uma oportunidade para estudos futuros. O modelo oferece uma ferramenta para gestores públicos, OSCs e pesquisadores avaliarem qualitativamente processos de engajamento, identificando pontos fortes, lacunas e caminhos para o aprimoramento das iniciativas. Esperamos que outras pesquisas, bem como iniciativas práticas, utilizem e apliquem o modelo em diferentes realidades, demonstrando sua utilidade e aprimorando-o quando necessário.

REFERÊNCIAS

- Abreu, J. C. A. de, Oliveira, V. C. da S. e, & Kraemer, C. F. B. (2019). uma análise de construtos teóricos sobre participação e gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, 17(48), 34-51. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.48.34-51>
- Allotey, P., Tan, D. T., Kirby, T., & Tan, L. H. (2019). Community engagement in support of moving toward universal health coverage. *Health Systems and Reform*, 5(1), 66-77. <https://doi.org/10.1080/23288604.2018.1541497>
- Andrus, J. K., & Perry, H. B. (2019). Community engagement, ownership, and civil society organizations in polio eradication. *American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*, 101(4), 1-3. <https://doi.org/10.4269/ajtmh.19-0529>
- Attree, P., French, B., Milton, B., Povall, S., Whitehead, M., & Popay, J. (2011). The experience of community engagement for individuals: A rapid review of evidence. *Health and Social Care in the Community*, 19(3), 250-260. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2524.2010.00976.x>
- Bhatnagar, S., Agrawal, S., Sharma, D., & Singh, M. (2020). Perception on the community engagement of students of higher education institutions. *SSRN*. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3664052>
- Boxelaar, L., Paine, M., & Beilin, R. (2006). Community engagement and public administration: Of silos, overlays and technologies of government. *Australian Journal of Public Administration*, 65(1), 113-126. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.2006.00476.x>

- Boyle, E., Galvin, M., Revez, A., Deane, A., Gallachóir, B. Ó, & Mullally, G. (2022). Flexibility & structure: Community engagement on climate action & large infrastructure delivery. *Energy Policy*, 167., 1-10 <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2022.113050>
- Brunton, G., Thomas, J., O'Mara-Eves, A., Jamal, F., Oliver, S., & Kavanagh, J. (2017). Narratives of community engagement: A systematic review-derived conceptual framework for public health interventions. *BMC Public Health*, 17(1), 1-15. <https://doi.org/10.1186/s12889-017-4958-4>
- Burgess, R. A., Osborne, R. H., Yongabi, K. A., Greenhalgh, T., Gurdasani, D., Kang, G., Falade, A. G., Odone, A., Busse, R., Martin-Moreno, J. M., Reicher, S., & McKee, M. (2021). The COVID-19 vaccines rush: participatory community engagement matters more than ever. *The Lancet*, 397, 8-10. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32642-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32642-8)
- Carmo, G. Do, Pereira, J. R., & Rezende, V. A. (2025). Metodologias participativas: Possibilidades para o fortalecimento teórico da gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, 23(62), e16002. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.16002>
- Carmo, G. Do, Silva, C. A. da, Valadão, J. de A. D., Rezende, V. A., & Pereira, J. R. (2023). Avanços teóricos do campo de conhecimentos da gestão social: Uma análise integrativa. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 28, e86823. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.86823>
- Clinical and Translational Science Awards Consortium (2011). *Principles of community engagement* (NIH Publication n. 11-7782).
- Conn, E. (2011). Community engagement in the social eco-system dance. In A. Tait & K. A. Richardson (Eds.), *Moving forward with complexity*, 1-21. Emergent Publications. https://www.london.gov.uk/sites/default/files/ad_24_community_engagement_in_social_eco-system_dance.pdf
- Cornwall, A. (2006). Historical perspectives on participation in development. *Community Development Journal*, 44(1), 62-83. <https://doi.org/10.1080/14662040600624460>
- Dare, M., Schirmer, J., & Vanclay, F. (2014). Community engagement and social licence to operate. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 32(3), 188-197. <https://doi.org/10.1080/14615517.2014.927108>
- Dilay, A., Diduck, A. P., & Patel, K. (2020). Environmental justice in India: A case study of environmental impact assessment, community engagement and public interest litigation. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 38(1), 16-27. <https://doi.org/10.1080/14615517.2019.1611035>
- Domenico, M. Di, Tracey, P., & Haugh, H. (2009). Social economy involvement in public service delivery: Community engagement and accountability. *Regional Studies*, 43(7), 981-992. <https://doi.org/10.1080/00343400701874180>
- Enaifoghe, A., Adetiba, T., Enaifoghe, A. O., & Adetiba, T. C. (2018). Implication of community engagement in the decision-making process in South African local municipal. *Acta Universitatis Danubius. Administratio*, 10(1), 17-38. <https://www.researchgate.net/publication/329844074>
- Eversole, R. (2011). Community agency and community engagement: Re-theorising participation in governance. *Journal of Public Policy*, 31(1), 51-71. <https://doi.org/10.1017/S0143814X10000206>

- Fajri, H., Nurhabibi, P., Saputra, B., & Yuanjaya, P. (2020). Community engagement in a social movement: A case of geothermal energy development in Gunung Talang - Bukit Kili area. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 448(1), 1-7. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/448/1/012020>
- Fancourt, D., Bhui, K., Chatterjee, H., Crawford, P., Crossick, G., DeNora, T., & South, J. (2021). Social, cultural and community engagement and mental health: Cross-disciplinary, co-produced research agenda. *BJPsych Open*, 7(1), e3. <https://doi.org/10.1192/bjo.2020.133>
- Fitzgerald, H. E., & Zientek, R. (2015). Learning cities, systems change, and community engagement scholarship. In *New directions for adult and continuing education* (n. 145, pp. 21-33). Wiley.
- Groupe Urgence Réhabilitation Développement Association. (2009). *Participation handbook for humanitarian field workers*. <https://www.urd.org/en/publication/participation-handbook-for-humanitarian-field-workers/>
- Head, B. W. (2007). Community engagement: Participation on whose terms? *Australian Journal of Political Science*, 42(3), 441-454. <https://doi.org/10.1080/10361140701513570>
- Jalloh, M. F., Sengeh, P., Ibrahim, N., Kulkarni, S., Sesay, T., Eboh, V., Jalloh, M. B., Pratt, S. A., Webber, N., Thomas, H., Kaiser, R., Singh, T., Prybylski, D., Omer, S. B., Brewer, N. T., & Wallace, A. S. (2022). Association of community engagement with vaccination confidence and uptake: A cross-sectional survey in Sierra Leone, 2019. *Journal of Global Health*, 12, 1-14. <https://doi.org/10.7189/jogh.12.04006>
- Khan, S., & Short, P. (2021). Social mobilisation, community engagement and the power of elites in rural development. *Development in Practice*, 31(2), 238-247. <https://doi.org/10.1080/09614524.2020.1836127>
- Kilpatrick, S. (2009). Multi-level rural community engagement in health. *Australian Journal of Rural Health*, 17(1), 39-44. <https://doi.org/10.1111/j.1440-1584.2008.01035.x>
- Lavery, J. V., Tinadana, P. O., Scott, T. W., Harrington, L. C., Ramsey, J. M., Ytuarte-Núñez, C., & James, A. A. (2010). Towards a framework for community engagement in global health research. *Trends in Parasitology*, 26(6), 279-283. <https://doi.org/10.1016/j.pt.2010.02.009>
- Lyons, K., & Whelan, J. (2010). Community engagement to facilitate, legitimize and accelerate the advancement of nanotechnologies in Australia. *NanoEthics*, 4(1), 53-66. <https://doi.org/10.1007/s11569-009-0070-2>
- McFadden, A., Atkin, K., Bell, K., Innes, N., Jackson, C., Jones, H., MacGillivray, S., & Siebelt, L. (2016). Community engagement to enhance trust between Gypsy/Travellers, and maternity, early years' and child dental health services: protocol for a multi-method exploratory study. *International Journal for Equity in Health*, 15(1), 1-9. <https://doi.org/10.1186/s12939-016-0475-9>
- Médicos do Mundo. (2012) *Working with communities*.
- Médicos sem Fronteiras. (2021). *Health promotion with community engagement*.

- Médicos sem Fronteiras. (2013). *Involving communities guidance document for approaching and cooperating with communities*.
- Meijer, A. (2012). Co-production in an information age: Individual and community engagement supported by new media. *Voluntas*, 23(4), 1156-1172. <https://doi.org/10.1007/s11266-012-9311-z>
- Millican, J. (2008). What can student community engagement programmes contribute to the development of citizenship in a society recovering from conflict? *The Role of Higher Education in Peace Building and Reconciliation Processes – 4th International Barcelona Conference on Higher Education*.
- Ngwira, C., & Mayhew, S. (2020). Donor-driven harmonised payment of allowances policy and NGOs' community engagement in Malawi. *Development in Practice*, 30(1), 3-14. <https://doi.org/10.1080/09614524.2019.1631755>
- Omoleke, S. A., Bayugo, Y. V., Oyene, U., Abrahams, J., Gobat, N., Good, S., Manandhar, M., Elfecky, S., Bonilla, A. G. H., Valentine, N., Alger, J., Huda, Q., Mustafa, S., Echavarria, M. I., Rakesh, A., Warren, T., Lapitan, J. M., Mier-Alpano, J. D., Spencer-Walters, D., ... Ekwunife, O. I. (2021). WHO community engagement package: A reinforcement of an inclusive approach to public health. *International Journal of Epidemiology and Health Sciences*, 2(7), e244835. <https://doi.org/10.51757/ijehs.2.7.2021.244835>
- Onyx, J. (2008). University-community engagement: What does it mean? *Gateways: International Journal of Community Research and Engagement*, 1, 90-106.
- Organização Mundial da Saúde. (2020). *Community engagement: A health promotion guide for universal health coverage in the hands of the people*. <http://apps.who.int/iris>
- Preece, J. (2017). Community engagement and its evolving terminology. In *University community engagement and lifelong learning* (pp. 49-74). Springer International Publishing.
- Purdam, K., & Crisp, R. (2009). Measuring the impact of community engagement on policy making in the UK: A local case study. *Journal of Civil Society*, 5(2), 169-186. <https://doi.org/10.1080/17448680903162710>
- Riccardi, N., Alagna, R., Motta, I., Ferrarese, M., Castellotti, P., Nicolini, L. A., Diaw, M. M., Ndiaye, M., Cirillo, D., Codecasa, L., & Besozzi, G. (2019). Towards ending TB: Civil community engagement in a rural area of Senegal: Results, challenges and future proposal. In *Infectious diseases* (Vol. 51, n. 5, pp. 392-394). Taylor and Francis Ltd.
- Rickard, S. (2020). Gender, agency and decision making in community engagement: Reflections from Afghanistan's Mes Aynak Mine. *Extractive Industries and Society*, 7(2), 435-445. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2019.11.001>
- Russell, A. W. (2013). Improving legitimacy in nanotechnology policy development through stakeholder and community engagement: Forging new pathways. *Review of Policy Research*, 30(5), 566-587. <https://doi.org/10.1111/ropr.12037>

- Schoch-Spana, M., Sell, T. K., & Morhard, R. (2013). Local health department capacity for community engagement and its implications for disaster resilience. *Biosecurity and Bioterrorism*, 11(2), 118-129. <https://doi.org/10.1089/bsp.2013.0027>
- See Change. (2023). *A seechange communityfirst framework for implementation in MSF projects*.
- Shah, D., Schmierbach, M., Hawkins, J., Espino, R., & Donovan, J. (2002). Nonrecursive models of internet use and community engagement: Questioning whether time spent online erodes social capital. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 79(4), 964-987. <https://doi.org/10.1177/107769900207900412>
- Stuart, D., & Chislett, L. (2016). The Dean Street Wellbeing programme: Culturally tailored community engagement programmes to combat a challenging epidemic. *HIV Nursing*, 16, 7-10.
- Tenório, F. G. (1998). Gestão social: Uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*, 32(5), 7-23.
- Tenório, F. G. (2005). (Re)Visitando o conceito de gestão social. *Desenvolvimento em Questão*, 3(5), 101-124. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2005.5.101-124>
- Thomson, A. M., Smith-Tolken, A. R., Naidoo, A. V., & Bringle, R. G. (2011). Service learning and community engagement: A comparison of three national contexts. *Voluntas*, 22(2), 214-237. <https://doi.org/10.1007/s11266-010-9133-9>
- Watson, D. (2008). The university in the modern world: Ten lessons of civic and community engagement. *Education, Citizenship and Social Justice*, 3(1), 4-55. <https://doi.org/10.1177/1746197907086718>
- Winter, A., Wiseman, J., & Muirhead, B. (2006). University-community engagement in Australia: Practice, policy and public good. *Education, Citizenship and Social Justice*, 1(3), 211-230. <https://doi.org/10.1177/1746197906064675>
- Yacoob, M., Hetzler, B., & Langer, R. (2004). The ecohealth system and the community engagement movement in foundations: A case study of mutual benefits from grants funded by the United Nations Foundation. *Natural resources forum* (Vol. 28), 133-143. <https://doi.org/10.1111/j.1477-8947.2004.00080.x>

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à equipe do Laboratório de Pesquisa em Antropologia da Saúde e Engajamento Comunitário, do Departamento de Pesquisa em Filantropia e Ciências Sociais do Instituto Pensi, pela leitura atenta e pelos feedbacks sobre este trabalho. Agradecemos também à organização do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) por conceder a este artigo o Prêmio Prof. Luciano Junqueira de Pesquisa em Gestão Social de Melhor Artigo e por indicá-lo ao *fast track* nesta revista.

CONFLITOS DE INTERESSE

As autoras não têm conflitos de interesse a declarar.

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Bruna de Moraes Holanda: Conceitualização, curadoria de dados, análise formal, Investigação, Metodologia, Administração de projetos, Supervisão, Validação, Visualização, Redação – rascunho original.

Maria Paula Calanzani Rocha: Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Validação, Redação – rascunho original.